

Determinantes Geopolíticos para uma Regionalização do Continente Africano a partir dos Interesses Comerciais Brasileiros

Rosane Salache⁷
Edu Silvestre de Albuquerque⁸

RESUMO

A política externa brasileira exige a elaboração de uma regionalização mundial a partir de uma perspectiva dos interesses nacionais brasileiros. Desta forma, busca-se determinar o volume e a natureza dos fluxos econômicos entre Brasil e África, especialmente no que se refere ao comportamento do comércio exterior brasileiro com os países africanos. Na prática, nota-se a emergência de relações comerciais com países localizados em um arco mais externo ao tradicional arco atlântico, embora este último ainda apareça em amplo destaque. Essa nova regionalização dos fluxos comerciais Brasil – África, com destaque para mercadorias de maior conteúdo tecnológico, ainda precisa comprovar certa perenidade para balizar novas ações diplomáticas de longo prazo.

Palavras-chave: Brasil; África; Atlântico Sul; Tropicalidade.

RESUMEN

La política exterior brasileña requiere la elaboración de una regionalización mundial desde una perspectiva de los intereses nacionales brasileños. Por lo tanto, tratamos de determinar el volumen y la naturaleza de los flujos económicos entre Brasil y África, especialmente en lo que respecta al comportamiento de Comercio exterior brasileño con los países africanos. En la práctica, emerge relaciones comerciales con los países situados en un arco más fuera del Atlántico. Esta nueva regionalización del flujo comercial Brasil - África, especialmente para los productos de mayor tecnología mostrar cierta continuidad para marcar nuevas acciones diplomáticas a largo plazo.

Palabras-clave: Brasil; África; Atlántico Sur; Tropicalidade.

Introdução

O continente africano apresenta uma complexidade histórico-geográfica e social que permite diversas propostas de regionalização, mas usualmente formuladas com base em perspectivas europeias. A África, tal como a conhecemos hoje, nasceu a partir dos gabinetes diplomáticos europeus, especialmente depois da Conferência de Berlim (1884-1885). A partilha colonial dos territórios africanos, assentada em fronteiras arbitrárias definidas por critérios geodésicos, visava assegurar às potências europeias, principalmente o monopólio sobre as riquezas minerais e monoculturas tropicais. A independência política seria empreendida apenas durante a segunda metade do século passado, com a promessa de democracia e desenvolvimento econômico.⁹

7 Mestre em Gestão do Território (UEPG), rsalache@uepg.br.

8 Doutor em Geografia (UFSC), Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Território (UEPG), silvestre@uepg.br.

9 É somente com o final da Guerra Fria (1991) que países lusófonos africanos como Angola e Moçambique puderam

Em realidade, os movimentos de descolonização africanos não lograram reverter as estruturas socioeconômicas coloniais e a crônica dependência externa. A estrutura econômica dos países africanos é, ainda, insuficiente para garantir padrões de vida mais elevados à maioria da população. A democracia dos países africanos continua em construção e, em muitos casos, vive-se ainda clima de instabilidade política, inclusive com o uso político de diferenças étnico-religiosas por grupos políticos locais e nações estrangeiras.

Mas existe uma outra África, a qual busca o desenvolvimento econômico, principalmente graças aos investimentos na exploração de petróleo e gás natural. O recente crescimento dos fluxos comerciais bilaterais demonstra essa importância da África para o Brasil, que representa novos elementos que vão além da herança linguística comum deixada pelo colonizador português em ambos os lados do Atlântico Sul, a base geográfica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Os objetivos deste trabalho são identificar os mercados de destino e origem no comércio Brasil – África e proceder, com base nos padrões espaciais aí verificados, uma proposta de regionalização do continente africano, segundo uma perspectiva brasileira. Desta forma, espera-se poder fomentar e contribuir com o debate em torno das relações bilaterais, especialmente quanto ao atual modelo ou esquema de regionalização da África adotado pelo Itamaraty.

A metodologia para a caracterização dos fluxos comerciais entre Brasil e África nos anos de 1990, 1995, 2000, 2005 e 2007 foi desenvolvida para agrupar as mercadorias (Capítulos NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul) segundo o conteúdo tecnológico. A mais conhecida metodologia de classificação do comércio exterior é a adotada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que classifica as mercadorias em três grupos: indústria de alta e média-alta tecnologia; indústria de média a baixa tecnologia; e produtos não industriais. Optou-se por considerar alterações nesta proposta de modo a separar as mercadorias industrializadas e intensivas em recursos naturais/trabalho e intensivas em tecnologia, uma vez que, atualmente, o rótulo industrializado não significa muito se não for qualificado. Assim, foram analisados os fluxos comerciais bilaterais a partir dos seguintes grupos: I) Produtos industrializados de média e alta tecnologia; II) Produtos industrializados de baixa tecnologia e III) Produtos primários e industrializados intensivos em matéria-prima.¹⁰

Os dados primários foram obtidos do sitio AliceWeb¹¹, disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior do Brasil, e os cartogramas temáticos produzidos a partir do *software* livre Philcartho. Vale destacar que esta análise empírica foi

encaminhar um pacto político para assegurar certa estabilidade interna.

10 Outras propostas metodológicas são tratadas por Nassif (2006) e Nakahodo (2006).

11 Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>.

realizada tendo por base as cinquenta e cinco unidades políticas do continente africano, razão pela qual se optou por trabalhar com os Capítulos NCM sem desagrupá-los.

As relações Brasil – África no período militar (1964-1985)

Apesar de diversas visitas diplomáticas visando o desenvolvimento e a solidariedade política entre Brasil e África, em 1964 o comércio sul-atlântico era ainda desprezível quando comparado ao resto do mundo: “o país exportava cerca de 2% do seu total para o continente africano, e dele importava menos de 1%. Em 1964, as exportações totais tinham sido em torno de 25 milhões de dólares contra 4 milhões em importados da África” (SARAIVA, 1996, p. 111). Argumentava-se na época que as exportações africanas e brasileiras eram muito similares (e, portanto, concorrentes), ainda que o Brasil já fabricasse industrializados mais aprimorados. Outro obstáculo era o caráter oligopolista dos mercados africanos, em mãos de empresas sediadas nas ex-metrópoles e que mantinham o controle das importações desses países.

Visando reverter esse quadro, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a partir da Divisão da África, realizou a partir de 1965 diversas missões comerciais reunindo empresas privadas e estatais para os países africanos recém-independentes (SARAIVA, 1996). Em 1968 é inaugurada a Câmara de Comércio Afro-Brasileira, buscando o aprofundamento dos laços comerciais entre o empresariado brasileiro e africano, além de atividades culturais, científicas e tecnológicas (SANTANA, 2003).

Paulatinamente, é durante o período do regime militar brasileiro que se consolida aquilo que se viria a chamar de “diplomacia comercial” ou pragmatismo da política externa do país, que se traduzia na busca de mercados externos para consolidar e sustentar o crescimento do parque industrial brasileiro (SILVA, 2004). Diante dessas premissas, o continente africano aflora como região natural para a expansão das empresas e dos produtos industrializados brasileiro¹²:

A expansão do comércio com a África, o Oriente Próximo e a América Latina foi a mais importante mudança ocorrida nas relações econômicas externas do Brasil no final da década de 1960 e início de 1970. As exportações para o Terceiro Mundo cresceram de cerca de 12% em 1967 para cerca de 25% no fim da década de 1970 e início de 1980. Em 1981, o Brasil chegou a vender 51,7% dos seus produtos manufaturados para os países do Terceiro Mundo. (SARAIVA, 1996, p. 141).

Na segunda metade da década de 1970, e no início de 1980, o Brasil tornou-se o maior provedor na África para o fornecimento de produtos, tais como carros, roupas, produtos de construção, produtos derivados de celulose, petróleo refinado,

¹² Efetivamente, desde os anos 1950 que a política externa brasileira era basicamente uma política comercial, projetando os interesses internos ligados à agropecuária e ao desenvolvimentismo industrial nacional.

ares-condicionados, alimentos e outros itens considerados tropicalizados e adaptados às condições tecnológicas e de consumo da Nigéria. (SARAIVA, 1996, p. 150).

Na década de 1970, em particular no governo do General Ernesto Geisel, o Brasil se propôs um projeto de “potência intermediária”, aprofundando sua estratégia econômica desenvolvimentista, e que no plano externo representou o rompimento do acordo militar com os Estados Unidos e a ampliação de relações com as antigas colônias afro-asiáticas (ALMEIDA, 2004). Em nome de uma relação comercial mais intensa, a diplomacia dos militares abandonou a política de alinhamento automático aos Estados Unidos para apoiar os movimentos de descolonização africanos, mesmo em relação ao governo marxista angolano e moçambicano (PENHA, 1998)¹³.

No caso do regime militar surgia a idéia de integração do espaço sul-atlântico através da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), uma espécie de contraponto à Organização do Atlântico Norte (OTAN). Na época, a grande incógnita era a África do Sul – país estratégico no Atlântico Sul – em razão do regime segregacionista racial do *apartheid*, o que também foi usado para minar a ideia da OTAS. O governo brasileiro proporia ainda a criação da “Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul”, que voltaria a ser assunto no governo civil de José Sarney, alegando a necessidade de conter a ameaça soviética e o fato do Atlântico abrigar a mais importante rota de petróleo do mundo. Segundo Saraiva (1996), os objetivos reais do Itamaraty eram reforçar os laços com países da África subsaariana e contrabalancear a influência argentina e sul-africana na região.

De forma sucinta, pode-se dizer que no governo militar de Castelo Branco (1964-1967) procura-se lançar as bases para a intensificação do comércio com a África. No governo Costa e Silva (1967-1969) a “Diplomacia da Prosperidade” elege o continente africano como uma das prioridades da política externa. Já nos governos de Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985) a chamada política do “Pragmatismo Responsável” estabelece um estreitamento das relações Brasil-África, ainda que dentro de uma perspectiva de tendência universal e também focada no conjunto do Terceiro Mundo.

13 Nesse período, a produção de uma “visão de mundo” genuinamente brasileira encontra expressão também no meio militar, caso dos generais Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva, que chamaram a atenção para a importância da projeção de poder brasileiro no Atlântico Sul e da cooperação econômica entre os países em desenvolvimento para o domínio de tecnologias em condições de tropicalidade, ambos vistos como fatores de aproximação entre Brasil e África. Também já se pensava na aproximação com a África através da metrópole portuguesa, onde o Brasil seria mediador na formação de uma comunidade “afro-luso-brasileira” (Saraiva, 1996). Na ocasião a ideia da comunidade lusófona não vingou, talvez em razão da perda acelerada de poder político e econômico de Portugal diante de suas ex-colônias africanas, principalmente a partir da década de 1970.

As relações Brasil – África a partir da redemocratização

A crise econômica de fins dos anos 1970 (vista também como crise do modelo de planejamento econômico do regime militar) provoca a revisão de paradigmas da política externa brasileira na década seguinte, retomando a ampliação das relações com os Estados Unidos e fortalecendo a regionalização, através de uma parceria comercial no âmbito do recém-criado Mercosul. As relações com a África pouco evoluíram para além do reforço dos vínculos culturais com os países de língua portuguesa, caso do encontro, ocorrido em 1989, entre os chefes de Estado de Brasil, Portugal e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Em meados dos anos 1980 as relações comerciais entre Brasil e África se retraíram, fruto de complicações econômicas nos dois lados. O Brasil tornara-se refém do seu ideal desenvolvimentista industrial baseado no endividamento externo: “*a dívida externa, que era de US\$ 25 bilhões em 1976, elevou-se para US\$ 53 bilhões em 1980 e para US\$ 105 bilhões em 1985*” (SARAIVA, 1996, p. 187). Ao mesmo tempo, os países africanos não alcançavam superar a instabilidade econômica e política, minando os sonhos formados das lutas de independência nacional. A maioria dos países africanos dependia, exclusivamente, da exportação de matérias-primas, pouco valorizadas nos mercados internacionais (FIORI, 2007).

As exportações (para a África) chegaram a representar quase 7% do total das exportações brasileiras no período (da ditadura militar). No governo de Sarney, o comércio começou a declinar, voltando para níveis de 3,5% e 4% do total das exportações brasileiras para todo o mundo. (SARAIVA, 1996, p. 189).

A implantação da Zona de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)¹⁴, em 1986, assinalava a submissão da política externa brasileira aos novos paradigmas formulados a partir dos Estados Unidos, desejosos em evitar a proliferação dos armamentos nucleares. Este acordo regional,

Tinha por objetivo manter o Atlântico como zona livre de armas nucleares, de tensões e conflitos oriundos da confrontação Leste-Oeste, preservando a região como elo permanente de ligação pacífica e de cooperação entre os países da América Latina e da África. Tratava-se em essência de ocupar o vazio estratégico representado pelo Atlântico Sul, que começou a despertar a atenção das superpotências a partir da década de 70. O risco de que a região se tornasse foco de conflitos exacerbados havia se consumado coma crise das Malvinas, em 1982. E mesmo antes, com as operações da frota soviética em águas do Atlântico Sul e,

14 A ZOPACAS é composta pelos seguintes países: Angola, Argentina, Benin, Brasil, Camarões, Cabo Verde, República do Congo, Côte d’Ivoire, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné Conacri, Guiné Bissau, Libéria, Namíbia, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, África do Sul, Togo e Uruguai.

igualmente, com as guerras da África Austral, sobretudo após a instalação de regimes pró-comunistas nas ex-colônias portuguesas da África. (SODRÉ, 1995, p. 321).

A partir da década de 1990 a abertura econômica traz o reforço da tendência de “reprimarização” das exportações para o resto do mundo, reservando as exportações de manufaturados quase que apenas para a América Latina. Apesar da simpatia declarada para com os países africanos no governo de Itamar Franco (1992-1995), as relações bilaterais não prosperaram substancialmente também na década de 1990.

Nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999 e 1999-2003), a política externa brasileira para o continente africano ainda encontrava-se orientada para um grupo seleto de países: Angola, Nigéria e África do Sul e para a consolidação da CPLP. O universalismo da diplomacia brasileira perseguia tanto objetivos de alinhamento com países em desenvolvimento, quanto acordos com espaços econômicos das economias centrais, notadamente NAFTA e União Europeia.

A política externa durante o governo de Luis Inácio “Lula” da Silva (2003-2011) tem seguido a orientação universalista e a vocação *global trader* do país, mas ao mesmo tempo, elege novas parcerias estratégicas com países em desenvolvimento, como é o caso da África do Sul, Índia e China. A análise realizada dos fluxos de comércio entre Brasil e África destaca a permanência da extrema seletividade dos mercados africanos: os quatro países africanos com maior fluxo comercial com o Brasil em 2007 foram África do Sul, Angola, Nigéria e Argélia, representando mais de 70% das importações brasileiras e cerca de 58% das exportações brasileiras para o continente. Entretanto, os valores da corrente de comércio bilateral indicam uma volta do interesse pela África, centrada fundamentalmente na importação de *commodities* energéticas africanas.

Análise dos fluxos comerciais Brasil – África

O Quadro 1 demonstra que os mercados africanos representavam em 1990 cerca de 3,2% das exportações brasileiras, valor que mantêm-se estável em 1995 e declina fortemente em 2000 quando passou a representar tão somente 2,4% das exportações brasileiras. Contudo, em 2005 o continente africano passa a representar uma fatia de 5% das exportações e 9% das importações brasileiras, com tendência de alta.

Quadro 1 – Participação da África e do Mundo no Comércio Exterior Brasileiro (em US\$)

ANO	ÁFRICA EXPORTAÇÃO	MUNDO EXPORTAÇÃO	VALOR REL %	ÁFRICA IMPORTAÇÃO	MUNDO IMPORTAÇÃO	VALOR REL %
1990	1.012.322.644	31.413.756.040	3,2	578.210.689	20.661.362.039	2,7
1995	1.585.821.583	46.506.282.414	3,4	1.180.637.451	49.971.896.207	2,3
2000	1.347.098.183	55.118.919.865	2,4	2.907.082.676	55.850.663.138	5,2
2005	5.981.353.507	118.529.184.899	5,0	6.656.664.579	73.600.375.667	9,0
2007	8.578.221.741	160.649.072.830	5,3	11.341.436.448	120.614.190.407	9,4

Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008. Org.: Rosane Salache, 2008.

Quanto ao destino das exportações brasileiras em 2007, a primeira posição é da África do Sul, economia mais industrializada do continente africano e um dos “países-chave” da diplomacia brasileira atual. Com a suspensão das sanções internacionais contra a África do Sul do pós-*apartheid*, na década de 1990 observou-se um crescimento tanto quantitativo quanto qualitativo dos fluxos comerciais brasileiros para aquele país do extremo-sul africano, com uma pauta mais diversificada, e saindo de produtos primários em direção aos produtos de conteúdo tecnológico mais avançados (GRIECO, 1995).

Na segunda posição aparece a Nigéria, evidenciando a matriz de trocas de “industrializados por petróleo”, e graças à política brasileira de deslocamento das importações de petróleo dos tradicionais fornecedores do Golfo Pérsico (especialmente com o fim da parceria estratégica com o Iraque). É inegavelmente o petróleo que ampliou a importância da África nas correntes de comércio envolvendo o Brasil, figurando como principal produto do intercâmbio para 4 dos 5 principais mercados africanos no ano de 2007: Nigéria, Argélia, Líbia e Angola. Aliás, também os países do Norte da África, ricos em petróleo e gás natural, aparecem em destaque na região como importadores de produtos brasileiros (Ver Quadro 2).

Quadro 2 – Principais Mercados Africanos de Destino das Exportações Brasileiras – 2007 (em US\$)

País	TOTAL (US\$)
África do Sul	1.757.857.900
Nigéria	1.512.357.010
Egito	1.238.382.477
Angola	1.218.235.629
Argélia	501.249.282
Marrocos	438.074.853
Gana	320.584.451
Líbia	238.660.545
Tunísia	169.231.529
Senegal	158.645.27

Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008. Org.: Rosane Salache, 2008.

No mesmo ano, a Nigéria foi o principal exportador africano para o mercado brasileiro, graças aos recursos obtidos com a venda de petróleo. Angola aparece na quarta posição nas compras brasileiras pelo mesmo motivo (Capítulo NCM 27 – Combustíveis minerais, óleos minerais, etc). Portanto, as relações comerciais com países africanos que compõem a OPEP (organismo responsável por quase 50% da produção de petróleo mundial e 60% das exportações): Angola, Argélia, Líbia e Nigéria, tornaram-se particularmente intensas no período recente (Ver Quadro 3).

Quadro 3 – Principais Mercados Africanos de Origem das Importações Brasileiras – 2007 (em US\$)

País	TOTAL (US\$)
Nigéria	5.280.019.866
Argélia	2.233.995.585
Líbia	995.007.976
Angola	944.789.813
Marrocos	532.393.258
África do Sul	522.312.665
Guiné Equatorial	209.454.673
Rep. Democrática do Congo	174.858.411
Congo	135.824.291
Tunísia	121.036.820

Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008. Orga.: Rosane Salache, 2008.

No geral, a composição das exportações brasileiras para a África apresenta-se diversificada, ainda que inclinada para produtos primários e industrializados, intensivos em matéria-prima. Mas no caso da África do Sul, destacam-se produtos industrializados de média e alta tecnologia (veículos, máquinas e material elétrico), respondendo por 49% do valor total das vendas brasileiras. Também para Angola, a maior representatividade das exportações brasileiras ocorre nos produtos industrializados de média e alta tecnologia com 39% do valor total, novamente com destaque para automóveis, suas partes e maquinários. Já com a Nigéria, reforça-se a tendência geral de concentração das exportações brasileiras em produtos primários e industrializados intensivos em matéria-prima, respondendo por 77,54% das vendas brasileiras em 2007 (a Nigéria apresenta um interessante fluxo comercial com o Brasil, exportando petróleo bruto e comprando derivados de petróleo). De forma geral, ocorre o mesmo com a Argélia, com 83,15% do valor das vendas brasileiras concentrado em produtos primários (açúcar e carnes) ou industrializados intensivos em matéria-prima (Ver Quadro 4).

Quadro 4 – Exportações por Grupos de Intensidade Tecnológica – Brasil/África – 2007

PAÍSES	Ind. de média e alta tecnologia (US\$ FOB)	Ind. de baixa tecnologia (US\$ FOB)	Primários e ind. intensivos em matéria-prima (US\$ FOB)	TOTAL (US\$ FOB)
África do Sul	862.870.269 49 %	235.274.729 13,38 %	659.712.902 37,62 %	1.757.857.900 100%
Angola	475.114.234 39,00 %	314.479.621 25,81 %	428.641.774 35,19 %	1.218.235.629 100%
Nigéria	130.334.727 8,62 %	209.287.247 13,84 %	1.172.656.632 77,54 %	1.512.278.606 100%
Argélia	43.293.712 8,64 %	41.160.836 8,21 %	416.794.734 83,15 %	501.249.282 100%

Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008. Orga.: Rosane Salache, 2008.

Quanto às importações brasileiras do continente africano, o extraordinário crescimento dos valores no período estudado não é acompanhado de uma maior diversidade da cesta de produtos comercializados (Ver Quadro 5). A composição da pauta de importados de Angola, Nigéria e Argélia fica quase que restrita aos produtos primários e industrializados intensivos em matéria-prima, extremamente concentrada nos NCM 27 (Combustíveis minerais, óleos minerais, etc. ceras minerais): 100% no caso angolano; 99,85% no caso nigeriano e 99,16% no argelino.

Quadro 5 – Importações por Grupos de Intensidade Tecnológica – Brasil/África – 2007

PAÍSES	Ind. média/alta tecnologia (US\$ FOB)	Ind. baixa tecnologia (US\$ FOB)	Primários e ind. intensivos em matéria-prima (US\$ FOB)	TOTAL (US\$ FOB)
África do Sul	88.136.320 16,87 %	269.914.203 51,68 %	164.262.142 31,45 %	522.312.665 100%
Angola	9.800 0,00 %	-	944.780.013 100%	944.789.813 100%
Nigéria	238 0,00 %	141.731 0,00 %	5.279.763.963 100 %	5.279.905.932 100%
Argélia	3.660 0,00 %	330.888 0,01 %	2.233.661.037 99,99 %	2.233.995.585 100%

Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008. Orga.: Rosane Salache, 2008.

Em 2007, a balança comercial brasileira com esses quatro países apresentou-se extremamente deficitária. Apesar dos saldos positivos gerados com África do Sul (US\$ 1,2 bilhão) e Angola (US\$ 273 milhões), pesaram mais os *déficits* com Nigéria (US\$ 3,7 bilhões), Argélia (US\$ 1,7 bilhão) e Líbia (US\$ 756 milhões). A Nigéria responde por quase a metade das importações brasileiras provenientes da África, basicamente graças ao crescimento do item petróleo. Este déficit,

provocado pelas importações brasileiras de petróleo africano, acaba rebatendo no desempenho geral da balança comercial Brasil - África, sendo que o *déficit* comercial total do Brasil com os países africanos somou US\$ 2,760 bilhões em 2007.

O comparativo da evolução do comércio Brasil – África entre 1990 e 2007 (Ver Quadro 6) indica o crescimento da importância dos produtos primários e industrializados intensivos em matérias-primas, tanto nas exportações quanto nas importações brasileiras. Mas não apenas os produtos primários e industrializados intensivos em matérias-primas representam a quase totalidade das compras brasileiras na África, como ocorreu no período analisado um importante crescimento das exportações brasileiras de produtos industrializados de média e alta tecnologia.

Quadro 6 – Evolução do Comércio Brasil/África por Grupos de Produto em Intensidade Tecnológica - 1990 e 2007 (em %)

Grupo de Produtos	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES	
	1990	2007	1990	2007
Ind. de média e alta tecnologia	18,25 %	24,3%	0,35 %	1%
Ind. de baixa tecnologia	35,94 %	16,88%	15,77 %	7,25%
Primários e ind. int. matéria-prima	45,81 %	58,82%	83,88 %	91,75%

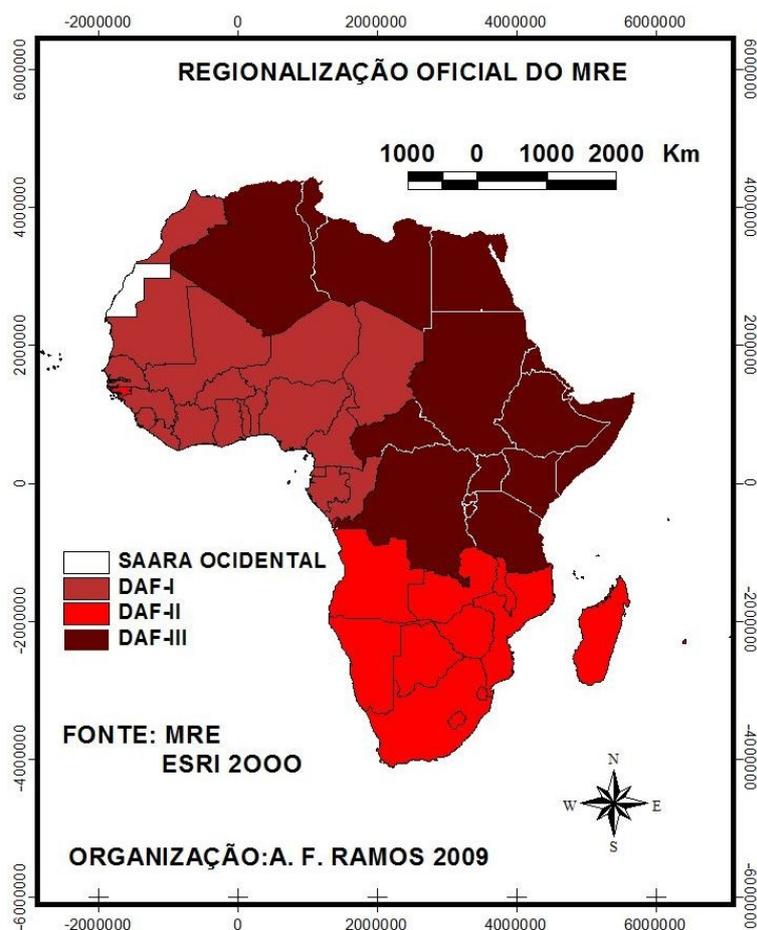
Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008. Orga.: Rosane Salache, 2008.

Construindo uma regionalização africana a partir da projeção do comércio brasileiro

A regionalização oficial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil passou por modificações no atual governo, com o desmembramento do Departamento da África e do Oriente Médio para a criação de um Departamento exclusivo para o continente africano. As duas Divisões da África também ganharam uma terceira, para os seguintes países e blocos de países:

- **Divisão da África III (DAF-III):** Argélia, Burundi, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Líbia, Quênia, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, Somália, Sudão, Tanzânia, Tunísia, Uganda, bem como os assuntos referentes a Autoridade Intergovernamental Para o Desenvolvimento (IGAD), União do Magreb Árabe (UMA), Zona Árabe de Livre Comércio, União Africana (UA), e Nova Parceria Para o desenvolvimento da África (NEPAD); e outros organismos regionais no âmbito da África Oriental e Setentrional.
- **Divisão da África II (DAF-II):** África do Sul, Angola, Botsuana, Cabo Verde, Comores, Guiné-Bissau, Lesoto, Madagascar, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Suazilândia, Zâmbia, Zimbábue, bem como os assuntos referentes a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), União Africana (UA), Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e Nova Parceria Para o desenvolvimento da África (NEPAD); e outros organismos regionais no âmbito da África Austral.
- **Divisão da África I (DAF-I):** Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, República do Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné (Conacri), Guiné Equatorial, Libéria, Mali, Marrocos, Mauritânia,

Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo, bem como os assuntos referentes a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO/ECOWAS), União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), União do Magreb Árabe (UMA), Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e Nova Parceria Para o desenvolvimento da África (NEPAD); e outros organismos regionais no âmbito da África Ocidental, Central e do Norte.

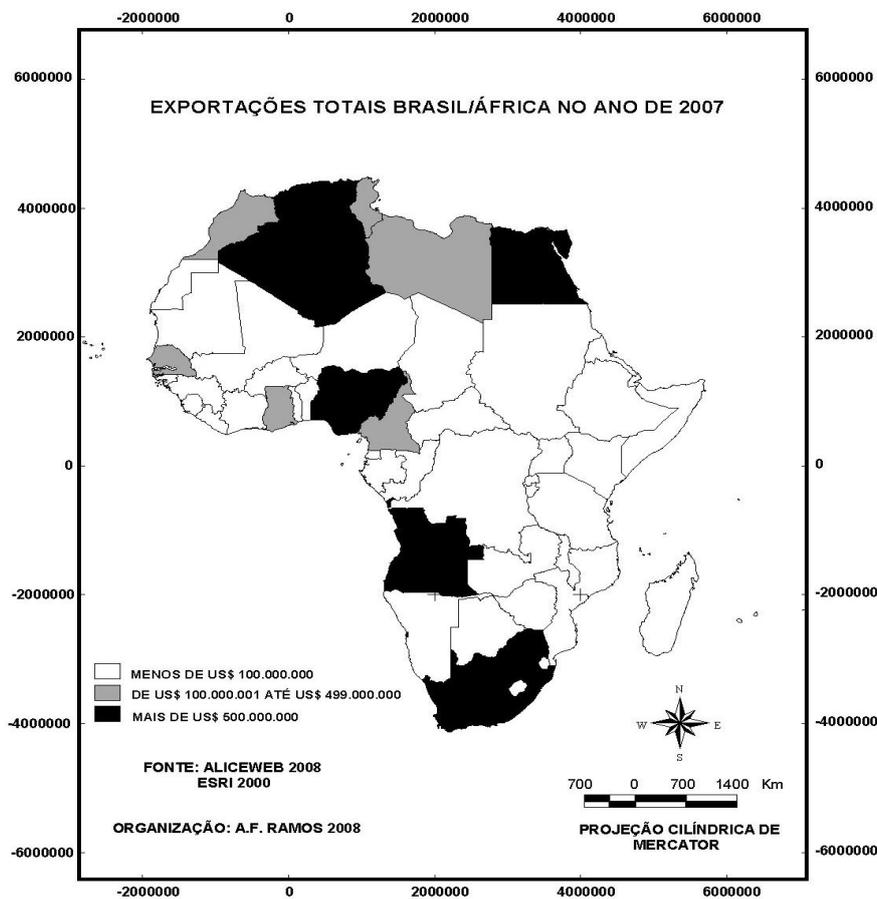


Existem outras propostas de regionalização da África. José Flávio Sobra Saraiva (2002) propôs ao Ministério das Relações Exteriores a divisão do Departamento da África em: África do Norte, África Subsaariana e África de Língua Oficial Portuguesa, privilegiando as singularidades econômicas, sociais e políticas do continente e resgatando as histórias regionais comuns. O geopolítico Paulo Fagundes Vizentini (2007) também apresenta uma proposta de divisão da África em três subsistemas geopolíticos: o Transaariano (numa faixa do Golfo da Guiné e ao Chifre da África, e envolvendo também todos os países africanos mediterrânicos), a África Central (desde Camarões até o Quênia e com centro na República Democrática do Congo, englobando ainda os países da Região dos Lagos) e a África Austral (que inclui os antigos domínios de colonização

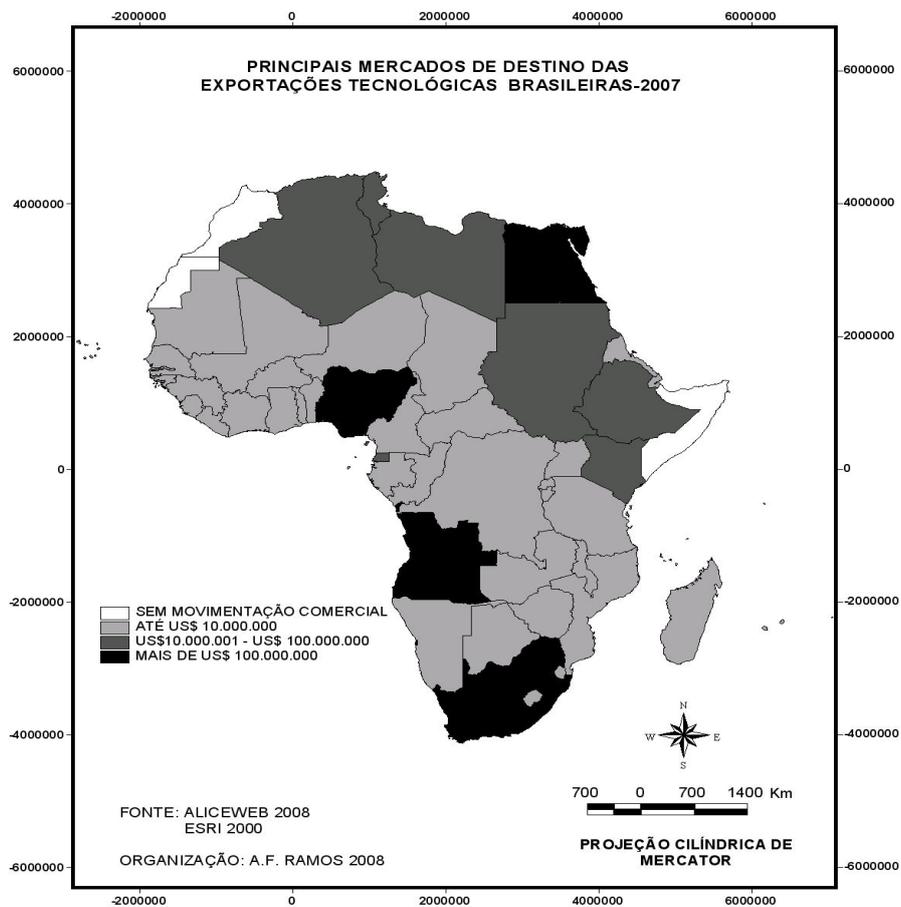
inglesa e as ex-colônias portuguesas de Angola e Moçambique).

A proposta deste trabalho é justamente considerar uma regionalização da África, a partir da espacialização dos fluxos comerciais brasileiros com os países africanos, com destaque para o conteúdo tecnológico de nossas exportações, o qual se espera ser mais realista e capaz de lançar novos elementos para o debate quanto aos modelos e propostas de regionalização em curso.

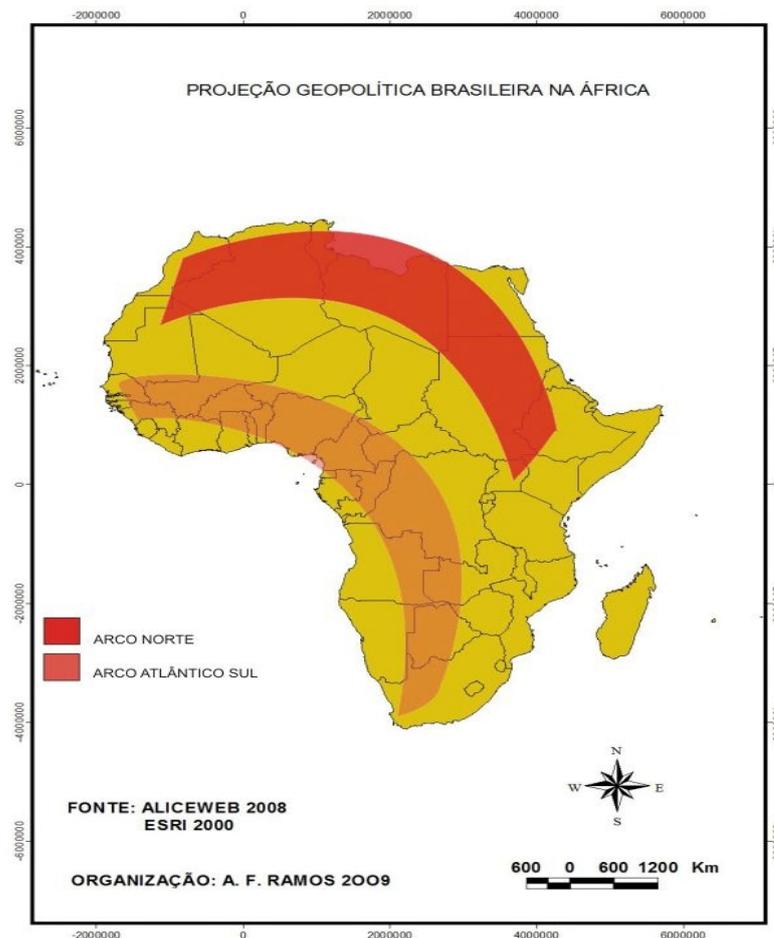
Os principais mercados de destino das exportações brasileiras na África, em 2007, aparecem destacados no cartograma seguinte. Observa-se a condição litorânea de todos eles, especialmente banhados pelo oceano Atlântico.



Como já abordado anteriormente, observa-se, recentemente, uma leve tendência de mudança no perfil das exportações brasileiras para a região, historicamente dominada por produtos agrícolas e industrializados de baixa tecnologia. O cartograma seguinte destaca os principais países africanos consumidores de produtos brasileiros de média e alta tecnologia (veículos automóveis, tratores e suas partes e acessórios; máquinas, aparelhos e material elétrico). Aparecem em destaque África do Sul, Angola, Egito e Nigéria, parceiros comerciais de longa data.



Um olhar mais geral sobre a espacialização dos fluxos de comércio brasileiro com a África aponta uma regionalização em torno de dois arcos, o primeiro, mais interno, remete ao velho condicionante geopolítico do Atlântico Sul; e o segundo, mais externo, envolve os países da África Mediterrânea e da Bacia do Nilo. Os dois arcos supracitados envolvem também os sete maiores produtos internos brutos africanos (Ver cartograma Projeção Geopolítica Brasileira na África).



O arco sul-atlântico sinaliza para o Brasil o importante intercâmbio a partir do petróleo africano, o papel estratégico ocupado pela África do Sul e os laços econômicos e culturais estreitos com Angola. Isto significa que tanto a tese dos geopolíticos brasileiros de aproximação dos países africanos de língua oficial portuguesa quanto do valor estratégico da África do Sul nos últimos governos, podem ter produzido resultados concretos. O futuro também promete como demonstra o acordo de unificação da língua portuguesa que entrará em vigor a partir de 2010; e o Acordo de Comércio Preferencial Mercosul e União Aduaneira da África Austral (SACU), esta última formada por África do Sul, Botsuana, Lesoto, Suazilândia e Namíbia, firmado em dezembro de 2004.

O arco mediterrâneo, que se estende também pela Bacia do Nilo, destaca a importância das economias do Norte da África, também exportadoras de recursos energéticos. Com as divisas acumuladas das vendas ao Brasil também podem fomentar a importação de produtos brasileiros, ainda que o façam em menor proporção que os países sul-atlânticos para os produtos industrializados brasileiros de média e alta tecnologia.

Considerações Finais

Com o papel cada vez mais destacado do intercâmbio científico-tecnológico-informacional, os atuais termos de troca entre Brasil e África, baseados em “petróleo por alimento” e “petróleo por industrializados”, cedo devem apresentar seus limites ao maior desenvolvimento econômico e social. Os países africanos ainda não conseguiram formar mercados de massa internos típicos de sociedades urbanizadas e industrializadas, residindo aí o maior obstáculo à ampliação das exportações brasileiras de produtos industrializados de maior conteúdo tecnológico para a região.

No período 1964 a 1985, a política externa do regime militar brasileiro oscilou entre o alinhamento ideológico com os Estados Unidos e a autonomia externa relativa, mas invariavelmente centrada em uma política comercial multilateral, capaz de dar continuidade ao processo desenvolvimentista. A política externa dos governos civis das últimas duas décadas não alterou esses princípios fundamentais da “diplomacia comercial”, embora as políticas industriais tenham sido praticamente abandonadas.

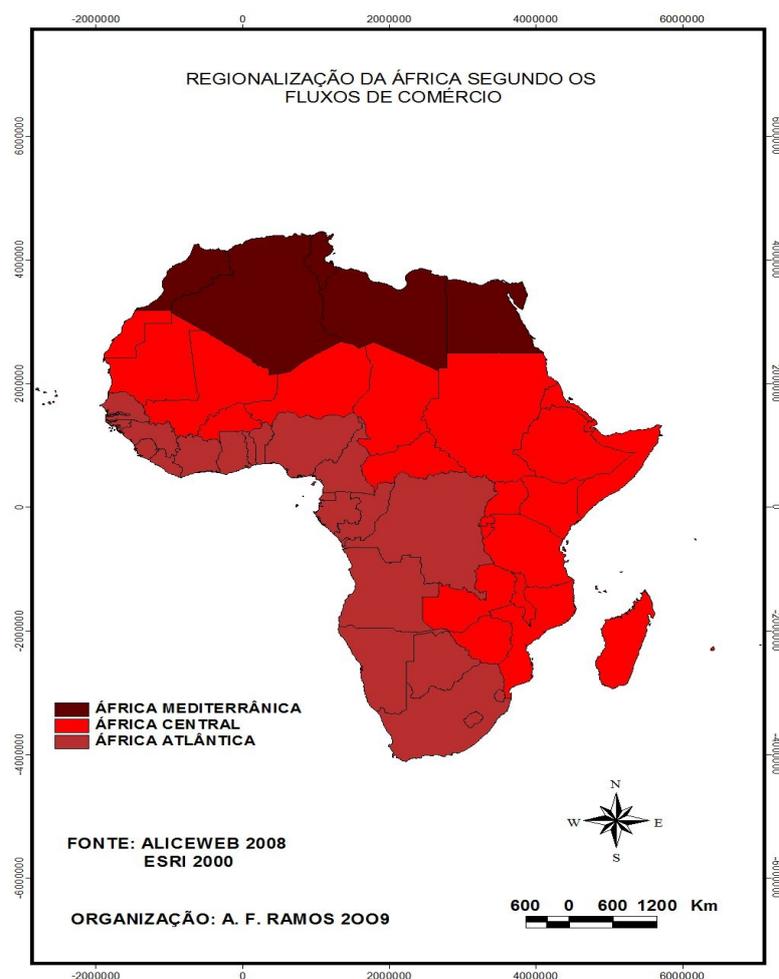
Em termos de parcerias estratégicas, nota-se que ao lado do tradicional objetivo geopolítico de fomentar o intercâmbio com os países lusófonos africanos foi acrescido o privilegiamento da África do Sul, especialmente localizada a meio caminho entre América do Sul e Ásia (GUIMARÃES, 2005).¹⁵ Com efeito, o mercado sul-africano representa atualmente no continente o principal destino das exportações brasileiras de industrializados de maior conteúdo tecnológico, demonstrando a importância de estruturas industriais e mercados de massa. Entretanto, também persistem limites estruturais para a criação de novos fluxos econômicos na medida em que ambas as estruturas industriais são comandadas por filiais de multinacionais e, portanto, com excessivas semelhanças produtivas.

Desde o período do regime militar brasileiro, a situação política nos países lusófonos africanos melhorou consideravelmente, com Angola e Moçambique alcançado estabilidade política e regimes democráticos. O próprio estreitamento do intercâmbio cultural ganha novas perspectivas com a unificação da língua portuguesa, finalmente implantada no Brasil. Mas aqui ainda é preciso que o Brasil se desfaça dos ranços neocolonialistas de substituição da influência portuguesa por uma influência brasileira. A África precisa e merece mais do que ser simplesmente a desova de produtos industrializados brasileiros.

15 A África do Sul é considerada uma das “baleias brancas”, grupo formado por países em desenvolvimento do Hemisfério Sul e com expressivo peso territorial, demográfico e econômico. Nesse sentido, alguns analistas têm preferido o uso do termo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) ao invés do tradicional BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), tendo em vista o desenvolvimento chinês estar voltado à industrialização no próprio país e a política imperialista russa.

A realidade das relações comerciais com a África aponta países díspares e fluxos comerciais geograficamente seletivos. Mas os *superávits* comerciais africanos com o Brasil, puxados pela *commodities* energéticas, podem vir a ser mais promissores que o padrão anterior colonial (sistema de *plantation*), se forem canalizados para fundos voltados a projetos de desenvolvimento industrial e tecnológico africanos e africanos-brasileiros. O fluxo petrolífero recente tem proporcionado o renascer da perspectiva sul-atlântica, com polos em Angola e Nigéria. E apesar da forte influência europeia, também o Norte da África tem se destacado no comércio com o Brasil, com uma ramificação que envolve ainda os países da Bacia do Nilo.

Com base na importância comercial atual dos países africanos para o Brasil, elaboramos o cartograma seguinte com a proposta de Regionalização da África segundo os Fluxos de Comércio, o qual se diferencia nitidamente do modelo mais político adotado pelo Ministério das Relações Exteriores ou das propostas geográficas alternativas que consideram mais os fatores históricos e culturais que econômicos.



Referências

ALMEIDA, P. R. **Relações internacionais e política externa do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FIORI, J. L. A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia, e África do Sul. **Revista de Economia Heterodoxa**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 8, 2007.

GRIECO, F. A. **O Brasil e os novos rumos do comércio internacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

GUIMARÃES, S. P. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MATTOS, M. **Geopolítica e trópicos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

NAKAHODO, S.; JANK, M. A nova dinâmica das exportações brasileiras: preços, quantidades e destinos. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, v. 5, n. 9, 2006. Disponível em: < <http://www.iconebrasil.org.br> >. Acesso em: 20 fev. 2009.

NASSIF, A. (2006). **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** Disponível em: < <http://www.bndes.gov.br> >. Acesso em: 15 fev. 2009.

Relatório da CIA: como será o mundo em 2020? Tradução de Cláudio Blanc e Marly Netto Peres. São Paulo: Ediouro, 2006.

SANTANA, I. Relações econômicas Brasil-África: a câmara de comércio afro-brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2003.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SARAIVA, J. F. S. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias**. Brasília: UnB, 1996.

_____. Política exterior do governo Lula: o desafio africano. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 5-25, 2002.

SILVA, H. C. M. **Da substituição de importações à substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SODRÉ, R. A. **No espelho do tempo: meio século de política**. São Paulo: Best Seller, 1995.

VIZENTINI, P. F. **As relações internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis: Vozes, 2007.

Recebido em 13 de maio de 2010.

Aceito em 18 de junho de 2010.